

Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC -
Sicredi Cooperação RS/SC, anteriormente
denominada Cooperativa de Crédito,
Poupança e Investimento Cooperação RS/SC -
Sicredi Cooperação RS/SC**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC
Não-Me-Toque / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Desenvolvimento do Programa A União Faz a Vida na comunidade escolar; Fortalecimento das Cooperativas Escolares; Realização de ações de Educação Financeira durante a Semana Nacional da Educação Financeira; Adesão ao Programa Sistêmico de Educação Financeira Cooperação na Ponta do Lápis; Participação no Dia C através de ações à distância voltadas ao combate a pandemia; Doação de recursos, roupas, calçados, alimentos e materiais de limpeza, para pessoas e entidades de Presidente Getúlio/SC para enfrentamento da tromba d'água que ocorreu no mês de Dezembro de 2020; Doações de recursos como apoio à Campanhas de Combate ao Câncer da região; Convênios com entidades de ensino superior da região concedendo descontos para Associados e Colaboradores.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: continuidade do projeto de expansão da Cooperativa por meio da abertura da agência de Taió/SC, e das obras em andamento nas agências de Ibirama/SC e Witmarsum/SC.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A Cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos Associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: Direcionamento dos recursos financeiros do Fundo Social para Instituições hospitalares da região; Disponibilização dos recursos financeiros dos projetos do Programa A União Faz a Vida para ações de prevenção ao coronavírus nas escolas; Ações do Dia C voltadas ao combate da pandemia como a doação de uniformes dos Colaboradores para entidades regionais fabricarem máscaras de proteção; Cuidado e proteção de Associados e Colaboradores com disponibilização de álcool em gel, máscaras, protetores de mesa em acrílico, marcações de distanciamento nos locais; Adoção de home office para rodízio de equipes em adequação aos protocolos sanitários e distanciamento controlado; Disponibilização de linha de crédito emergencial para Micro e Pequenas Empresas com recursos próprios da Cooperativa; Liberações de crédito para as Micro e Pequenas Empresas através da linha de crédito PRONAMPE, criada pelo Governo Federal; Liberação de crédito para as empresas por meio da linha PESE, criada pelo Governo Federal para pagamento da folha de pagamento dos funcionários; Prorrogação das parcelas de crédito comercial para pessoas físicas e jurídicas afetadas pela Pandemia com vencimento entre março de 2020 a agosto de 2020 e Prorrogação de parcelas de crédito rural com vencimento no ano de 2020 para os associados que tiveram perdas pela estiagem ocorrida na nossa região entre os meses de dezembro 2019 e março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	750.898	546.333	PASSIVO	604.318	415.564
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	2.485	5.251	DEPÓSITOS (Nota 12)	365.412	268.912
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	734.356	525.325	Depósitos à vista	102.262	55.326
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	9.117	20.411	Depósitos interfinanceiros	4.531	5.040
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	146.014	112.767	Depósitos a prazo	258.619	208.546
Centralização financeira (Nota 04)	98.549	71.054	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	210.702	123.470
Relações interfinanceiras ativas	180	641	Relações interfinanceiras (Nota 13)	207.284	120.517
Operações de crédito (Nota 07)	459.965	303.880	Obrigações por repasses (Nota 14)	672	-
Outros ativos financeiros (Nota 08)	20.531	16.572	Outros passivos financeiros (Nota 15)	2.746	2.953
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO (Nota 07)	(11.303)	(10.215)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 16)	288	240
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	2.855	4.507	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	27.916	22.942
INVESTIMENTOS (Nota 10)	12.889	12.569			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	7.369	6.333	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	146.580	130.769
INTANGÍVEL (Nota 11)	2.247	2.563	CAPITAL SOCIAL	41.008	39.687
			RESERVAS DE SOBRAS	102.297	88.042
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.275	3.040
TOTAL DO ATIVO	750.898	546.333	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	750.898	546.333

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.090	49.659	45.645
Operações de crédito (Nota 07)	23.307	45.957	43.929
Resultado títulos e valores mobiliários	1.776	3.676	1.702
Resultado das aplicações compulsórias	7	26	14
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.113)	(17.405)	(17.940)
Operações de captação no mercado	(2.319)	(5.516)	(9.290)
Operações de empréstimos e repasses	(4.120)	(7.450)	(5.540)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(1.674)	(4.439)	(3.110)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.977	32.254	27.705
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.163)	(10.677)	(8.036)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	9.117	16.578	13.287
Rendas de tarifas bancárias	2.431	4.696	4.290
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(8.646)	(16.346)	(16.001)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(7.096)	(13.331)	(13.034)
Dispêndios e despesas tributárias	(162)	(406)	(464)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	3.486	6.364	11.544
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(4.293)	(8.232)	(7.658)
RESULTADO OPERACIONAL	11.814	21.577	19.669
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(373)	(383)	878
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	11.441	21.194	20.547
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(715)	(540)
Provisão para Imposto de Renda	19	(434)	(329)
Provisão para Contribuição Social	(7)	(281)	(211)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.381)	(2.616)	(2.040)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.072	17.863	17.967

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC

CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019 (Não auditado)	37.361	74.441	346	2.483	114.631
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(1.145)	(1.145)
Destinações para reservas	-	1.328	-	(1.328)	-
Outras destinações	-	-	-	(10)	(10)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.111	-	-	-	1.111
Baixas de capital	(972)	-	-	-	(972)
Reversões de reservas	-	-	(346)	346	-
Resultado do período	-	-	-	17.967	17.967
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(707)	(707)
Reserva legal - Estatutária	-	9.898	-	(9.898)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	424	(424)	-
Juros sobre o capital próprio	2.187	-	-	(2.222)	(35)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.951	-	(1.951)	-
Devolução SFG	-	-	-	(71)	(71)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.687	87.618	424	3.040	130.769
Mutações do Período	2.326	13.177	78	557	16.138
Saldos no início do período em 01/01/2020	39.687	87.618	424	3.040	130.769
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(1.401)	(1.401)
Destinações para reservas	-	1.626	-	(1.626)	-
Outras destinações	-	-	-	(13)	(13)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.450	-	-	-	1.450
Baixas de capital	(1.255)	-	-	-	(1.255)
Reversões de reservas	-	-	(424)	424	-
Resultado do período	-	-	-	17.863	17.863
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(818)	(818)
Reserva legal - Estatutária	-	12.283	-	(12.283)	-
Juros sobre o capital próprio	1.126	-	-	(1.141)	(15)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	770	-	(770)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	41.008	102.297	-	3.275	146.580
Mutações do Período	1.321	14.679	(424)	235	15.811
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	39.852	89.244	424	7.791	137.311
Capital de associados					
Aumento de capital	804	-	-	-	804
Baixas de capital	(774)	-	-	-	(774)
Reversões de reservas	-	-	(424)	424	-
Resultado do período	-	-	-	10.072	10.072
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(818)	(818)
Reserva legal - Estatutária	-	12.283	-	(12.283)	-
Juros sobre o capital próprio	1.126	-	-	(1.141)	(15)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	770	-	(770)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	41.008	102.297	-	3.275	146.580
Mutações do Período	1.156	13.053	(424)	(4.516)	9.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	9.725	20.106	19.598
Resultado do semestre/exercício	10.072	17.863	17.967
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(347)	2.243	1.631
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(665)	1.088	519
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(1)	-	-
Depreciação e amortização	1.083	1.913	1.665
Baixas do ativo permanente	6	12	32
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	48	48	122
Destinações ao FATES	(818)	(818)	(707)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	13.416	8.822	(112.151)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	11.262	11.294	1.738
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(29.338)	(33.247)	(112.767)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.338	461	(521)
(Aumento) em operações de crédito	(150.784)	(156.085)	(66.871)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	108.962	86.767	27.423
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.355)	(3.959)	(4.194)
(Aumento) Redução em outros ativos	2.418	1.652	(1.136)
Aumento em depósitos	65.712	96.500	38.861
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(298)	(207)	516
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	37	672	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(275)	(542)	(596)
Aumento em outros passivos	7.737	5.516	5.396
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	23.141	28.928	(92.553)
Aquisição de investimentos	(320)	(320)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.354)	(2.147)	(2.434)
Aplicações no intangível	(278)	(498)	(313)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.952)	(2.965)	(2.747)
Integralização de capital	804	1.450	1.111
Baixa de capital	(774)	(1.255)	(972)
Juros ao capital próprio	(15)	(15)	(35)
Distribuição de Sobras	-	(1.414)	(1.155)
Outras destinações	-	-	(71)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	15	(1.234)	(1.122)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	21.204	24.729	(96.422)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	79.830	76.305	172.727
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	101.034	101.034	76.305

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	10.072	17.863	17.967
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	10.072	17.863	17.967

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC ("Cooperativa"), anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 22/06/1981 e sede situada na Avenida Alto Jacuí, 528 - Sala 101, na cidade de Não-Me-Toque - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 13 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	2.485	5.251
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	98.549	71.054
Total	101.034	76.305

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.336	7.781	9.117	20.411
Total	-	1.336	7.781	9.117	20.411

Total circulante	1.336	5.885
Total não circulante	7.781	14.526

As aplicações de DI entre Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	-	652	652	-
Cotas de fundos de renda fixa	15.933	-	-	15.933	112.767
Cotas de fundos multimercado	129.433	-	-	129.433	-
(-) Provisão de desvalorização	-	-	(4)	(4)	-
Total	145.366	-	648	146.014	112.767

Total circulante	145.366	112.767
Total não circulante	648	-

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associado desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	1.292	27.097	67.643	106.317	202.349	149.837
Financiamentos	32	3.333	22.626	26.025	52.016	28.102
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	16.647	125.750	63.203	205.600	125.941
Total das operações de crédito	1.324	47.077	216.019	195.545	459.965	303.880
Avais e fianças honrados	35	-	-	-	35	117
Devedores por compra de valores e bens	-	5	15	38	58	199
Títulos e créditos a receber	-	13.805	4.979	4	18.788	14.687
Total de outros créditos	35	13.810	4.994	42	18.881	15.003
Carteira total	1.359	60.887	221.013	195.587	478.846	318.883

Total circulante	283.259	234.833
Total não circulante	195.587	84.050

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	14.070	-	-	-
A	0,50	183.366	129.884	915	649
B	1,00	207.395	124.755	2.071	1.248
C	3,00	52.746	44.009	1.583	1.320
D	10,00	12.772	11.315	1.277	1.132
E	30,00	2.797	3.833	839	1.150
F	50,00	1.020	816	510	408
G	70,00	1.906	1.310	1.334	917
H	100,00	2.774	2.961	2.774	2.961
Total		478.846	318.883	11.303	9.785

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 430).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 110.623 (dezembro de 2019 - R\$ 101.201) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 1.632 (dezembro de 2019 - R\$ 1.735) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.057	22.451	37.474	51.763	112.745	91.335
Rural	-	16.647	125.750	63.203	205.600	125.941
Industrial	21	2.964	5.664	15.533	24.182	16.508
Comércio	91	9.911	16.875	26.461	53.338	31.833
Outros serviços	190	8.914	35.250	38.627	82.981	53.266
Total	1.359	60.887	221.013	195.587	478.846	318.883

Total circulante	283.259	234.833
Total não circulante	195.587	84.050

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	60.843	12,71	48.769	15,29
50 devedores seguintes	95.129	19,87	63.197	19,82
100 devedores seguintes	77.868	16,26	51.116	16,03
Demais	245.006	51,16	155.801	48,86
Total	478.846	100,00	318.883	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	10.215	9.696
Constituição de provisão	12.525	9.404
Reversão de provisão	(8.086)	(6.294)
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.351)	(2.591)
Saldo final	11.303	10.215

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	14.836	30.586	31.083
Financiamentos	2.546	4.884	4.022
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.984	9.008	6.088
Outros	34	64	278
Subtotal	22.400	44.542	41.471
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	907	1.415	2.458
Total	23.307	45.957	43.929

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.989 (2019 - R\$ 7.603).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	18.788	14.687
Rendas a receber	1.296	855
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	58	199
Créditos específicos	-	430
Avais e fianças honrados (Nota 07)	35	117
Operações com cartões	266	207
Devedores por depósitos em garantia	88	77
Total	20.531	16.572

Total circulante	20.490	16.570
Total não circulante	41	2

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	2.249	3.799
Adiantamentos e antecipações salariais	151	68
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3	-
Adiantamentos para Confederação Sicredi	313	369
Impostos e contribuições a compensar	37	23
Cotas de consórcio	-	180
Pendências a regularizar	16	28
Outros	86	40
Total circulante	2.855	4.507

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	2.205	3.710
Imóveis	2.205	3.655
Veículos e afins	-	55
Despesas antecipadas	36	83
Total circulante	2.241	3.793

Despesas antecipadas	8	6
Total não circulante	8	6

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.886	6.802
Sicredi Participações S.A.	5.986	5.750
Outras participações e investimentos	17	17
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras ações e cotas	16	16
Total	12.889	12.569

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.943.736 ON 4.042.395 PN	1.866.825 ON 3.882.164 PN	1 Quotas	1 Quotas	6.885.779 Quotas	6.802.459 Quotas
Percentual de participação	0,51%	0,55%	0,62%	0,62%	1,70%	1,74%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	5.986	5.750	1	1	6.886	6.802

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	13.316	(5.947)	7.369	6.333
Imobilizações em curso	-	1.274	-	1.274	1.630
Terrenos	-	6	-	6	6
Edificações	4%	136	(136)	-	-
Instalações	10%	1.385	(699)	686	564
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.788	(1.157)	1.631	865
Móveis e equipamentos	10%	3.190	(1.625)	1.565	1.505
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	794	(248)	546	431
Equipamentos de processamento de dados	20%	3.089	(1.864)	1.225	1.074
Veículos	20%	654	(218)	436	258
Intangível		6.586	(4.339)	2.247	2.563
Investimentos Confederação		6.586	(4.339)	2.247	2.563

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	102.262	-	-	102.262	55.326
Depósitos interfinanceiros	-	-	4.531	4.531	5.040
Depósitos a prazo	4.419	10.028	244.172	258.619	208.546
Total	106.681	10.028	248.703	365.412	268.912
Total circulante				116.709	91.338
Total não circulante				248.703	177.574

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	207.284	120.517
Total	207.284	120.517

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	16.018	126.679	64.587	207.284	120.517
Total - Recursos do Crédito Rural	16.018	126.679	64.587	207.284	120.517
Total circulante				142.697	106.406
Total não circulante				64.587	14.111

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/11/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDDES	63	203	406	672	-
Total	63	203	406	672	-
Total circulante				266	-
Total não circulante				406	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 06/10/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.632	1.735
Recursos em trânsito de terceiros	1.114	1.218
Total circulante	2.746	2.953

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	260	210
Cível	Provável	28	-
Tributária	Provável	-	30
Total		288	240

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	210	50	-	260
Cível	-	28	-	28
Tributária	30	-	(30)	-
Total	240	78	(30)	288

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 242 (dezembro de 2019 - R\$ 253).

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	18.431	14.245
Provisão para pagamentos a efetuar	1.630	1.559
Cotas de capital a pagar	1.838	1.561
Provisão para participações nos lucros	2.358	2.112
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.008	731
Demais fundos constituídos	-	71
Impostos e contribuições a recolher	1.126	912
Credores diversos	1.063	903
Cheques administrativos	-	738
Cobrança e arrecadação de tributos	-	72
Pendências a regularizar	462	38
Total Circulante	27.916	22.942

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	41.008	39.687
Total de associados	24.402	22.730

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 1.321 (2019 – R\$ 2.326), sendo R\$ 1.126 (2019 – R\$ 2.187) via integralização de resultados e R\$ 1.450 (2019 – R\$ 1.111), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.255 (2019 – R\$ 972).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,86% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.141, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.578	18.507
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(7.431)	(7.402)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	6.220	5.948
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	456	888
Demais adições e exclusões previstas na legislação	40	26
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(715)	(540)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.117	20.411
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	146.014	112.767
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	98.549	71.054
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.111	732
Outros ativos (Nota 09)	313	387
Investimentos (Nota 10)	12.873	12.553
Intangível (Nota 11)	2.247	2.563
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	4.531	5.040
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	207.284	120.517
Outros passivos (Nota 17)	17.618	14.123
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	3.676	1.702
Ingressos e receitas de prestação de serviços	6.355	5.225
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	2.471	8.857
Receita não operacional - Doação SFG	-	648
Despesas		
Operações de captação no mercado	138	284
Operações de empréstimos e repasses	7.436	5.540
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	463	1.175
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	3.797	3.983

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	124	0,12%	138
Depósitos a prazo	2.732	1,06%	2.374
Operações de crédito	1.747	0,38%	1.820

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.600	2.453

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	5.098	9.773	9.778
Benefícios	1.322	2.602	2.365
Encargos sociais	2.218	3.957	3.832
Treinamentos	8	14	26
Total	8.646	16.346	16.001

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	180	392	370
Aluguéis	752	1.573	1.444
Comunicação	346	682	961
Manutenção e conservação	408	841	954
Material de expediente	82	169	256
Processamento dados	228	408	278
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	954	1.644	1.310
Serviços do sistema financeiro	767	1.373	1.113
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	614	1.042	1.073
Serviços de vigilância e segurança	486	935	790
Serviços de transportes	354	751	808
Depreciação	623	1.098	1.000
Amortização (Rateio Confederação)	460	815	665
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	275	542	596
Outras despesas administrativas	567	1.066	1.416
Total	7.096	13.331	13.034

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	275	542	596
Recuperação de encargos e despesas	325	648	444
Ingressos depósitos intercooperativos	889	2.178	8.536
Reversão de provisões operacionais	676	1.265	1.218
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	936	1.175	605
Reversão de provisões para passivos contingentes	-	30	6
Outras rendas operacionais	385	526	139
Total	3.486	6.364	11.544

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	499	605	430
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	89	229	279
Contribuição Confederação Sicredi	1.686	3.289	3.366
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	181	329	314
Encargos da administração financeira	1	2	48
Repasse Administradora de Cartões	-	48	134
Provisões para garantias financeiras prestadas	431	1.072	780
Provisões para passivos contingentes	48	78	128
Outras provisões operacionais	555	1.051	1.014
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	596	1.003	640
Risco operacional	35	151	263
Juros e comissões	30	35	1
Outras despesas operacionais	71	197	130
Total	4.293	8.232	7.658

NOTA 25– RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	10.072	17.863	17.967
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	10.072	17.863	17.967

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	110.549	101.113
Coobrigações em cessões de crédito	74	88
Total	110.623	101.201

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	144.333	128.206
Nível I (NI)	144.333	128.206
Capital principal - CP	144.333	128.206
Capital social	41.008	39.687
Reservas de capital	102.297	88.042
Lucros acumulados	3.275	3.040
Ajustes Prudenciais	(2.247)	(2.563)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	613.166	456.504
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	433	537
Margem de Capital	87.183	79.736
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,54%	28,08%
Situação de Imobilização (Imob)	7.386	6.350
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,12%	4,95%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nélio Heller
Diretor Executivo
CPF: 945.337.920-49

Airton Martin Schuster
Diretor de Operações
CPF: 429.875.550-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Não-Me-Toque / Rio Grande do Sul, 05 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Egon Gilberto Papke
Conselheiro

Irlene Blatt Roese
Conselheiro

Italo Rodrigo Kirchheim
Conselheiro